

Alcides Goularti Filho
**Companhia de
Navegação Lloyd
Brasileiro: uma trajetória
de déficit financeiro e
desenvolvimento econômico**

*Suzana Quinet de Andrade Bastos
Lourival Batista de Oliveira Júnior
Rogério Silva Mattos*
**Implantação da
Siderúrgica Mendes Júnior
em Juiz de Fora (MG)**

Marcelo Henrique Dias
**A "farinha de pau"
da Capitania de Ilhéus:
produção estratégica
e circulação vigiada,
séculos XVII-XVIII**

*Alexandre Macchione Saes
Thiago Fontelas Rosado Gambi*
**A formação das Companhias
de Seguros na economia
brasileira (1808-1864)**

André Villela
Resenha bibliográfica

história de empresas vol. XII nº 2 2009

vol. XII nº 2
jul.dez 2009

issn 1519-3314

André Villela

Professor da Escola de Pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas/RJ

As origens da *grande divergência*: uma sistematização do debate acerca da ascensão do ocidente

Introdução

Um dos temas mais polêmicos na literatura de história econômica e social global é aquele que envolve as origens do predomínio econômico do Ocidente sobre o resto do mundo – *the Rise of the West*, para tomar emprestado o título do conhecido livro de William McNeill (1963).

Ao longo de mais de um século, construiu-se uma narrativa histórica dominante, que, em linhas gerais, postula que, após o ano 1000 d.C. – seja após a Revolução Comercial medieval; durante o Renascimento, com a expansão comercial da Liga Hanseática e o comércio mediterrâneo; ou após as Grandes Navegações ibéricas – e não muito após 1500, o Ocidente desenvolveu uma nova dinâmica institucional e cultural que o lançou no caminho da modernidade. A industrialização, ainda segundo esta visão tradicional, seria um desdobramento natural deste dinamismo anterior da Europa. Em contrapartida, as principais civilizações asiáticas – China, Índia, Japão, Império Otomano – seriam caracterizadas por estagnação econômica e institucional, tornando-as presas fáceis, nos séculos XVIII e XIX, de uma Europa crescentemente avançada¹.

¹ GOLDSTONE, Jack “Capitalist Origins, the Advent of Modernity, and Coherent Explanation: a Response to Joseph M. Bryant”. *Canadian Journal of Sociology*, Winter 2008:119.

A partir dos anos 90, diversos historiadores e sociólogos, praticantes da chamada História Global, insurgiram-se contra este consenso e postularam a tese revisionista segundo a qual antes da Revolução Industrial – e a despeito de diferenças culturais e institucionais entre Ocidente e Oriente – o padrão de vida das duas regiões se assemelharia². A Grande Divergência entre a Europa e a Ásia, segundo esta literatura revisionista, somente se teria iniciado a partir da Revolução Industrial e, mesmo assim, em decorrência de fatores contingentes, de sorte, e não (como quer a visão tradicional) por força de qualquer superioridade institucional do Ocidente.

A presente resenha procura resumir parte da vasta literatura surgida a partir deste revisionismo, identificando os principais campos envolvidos na controvérsia, bem como os argumentos centrais acerca do “quando”, do “como” e do “por que” da Grande Divergência e ascensão do Ocidente.

1. História Global e a Escola da Califórnia

De forma bastante resumida, a disciplina conhecida como História Global (*world history*) pode ser definida como a “história das conexões entre a comunidade humana global”³. Seu ponto de partida é a ideia de que, desde os seus ancestrais mais remotos, o Homem interage de diversas maneiras – por parentesco, amizade, crenças comuns, rivalidade, troca econômica, troca ecológica, cooperação política, etc. – formando o que dois conhecidos autores da área designam como “teias” (*webs*)⁴. O enfoque dos praticantes deste tipo de abordagem histórica é, por conseguinte, global, sistêmico, na tradição, por exemplo, de Wallerstein e Braudel⁵. Para eles, não faz sentido tomar a história de povos, países

² Para um argumento semelhante, Bairoch (BAIROCH, Paul, *Economics and World History: myths and paradoxes*. Chicago: University of Chicago Press, 1993:108).

³ MANNING, Patrick *Navigating World History: historians create a global past*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2003:3.

⁴ MCNEILL, John R. & MCNEILL, William H., *The Human Web: a bird's-eye view of human history*. Nova York e Londres: W.W. Norton, 2003.

⁵ Diferentemente destes dois autores, porém, os *global historians* de hoje não assumem a existência de um “sistema” econômico global centrado na Europa, mas sim de um mundo multipolar. Para esta distinção, ver MANNING, Patrick, “Asia and Europe

ou, mesmo, regiões isoladamente, sem atentar para as inúmeras conexões que os ligam a um “todo” global⁶.

Em termos históricos, é razoável aceitar que foi a partir da virada do primeiro para o segundo milênio da Era Cristã que os laços que uniam as diversas regiões conhecidas do globo (isto é, todos os continentes, à exceção das Américas e da Austrália) se tornaram mais fortes⁷. Também parece consensual que, até o Renascimento e as Grandes Navegações, a Europa era “marginal” em termos econômicos, comparativamente aos grandes impérios do Oriente (China e Índia, sobretudo) e, durante algum tempo, também em relação ao mundo islâmico⁸.

A chegada, quase que simultânea, dos europeus às Américas e ao Oriente pela via marítima começaria a mudar este panorama. O fato inequívoco de que foram os europeus a aportar no Novo Mundo já parece indicar que o anterior ordenamento das “civilizações” do mundo começava a mudar. De participante menor na teia de trocas do mundo medieval e, nas suas franjas, objeto de incursões militares patrocinadas por muçumanos ou mongóis, o Ocidente passa a desempenhar, crescentemente, um papel econômico, militar e cultural ativo, enquanto subjuga outras partes do globo⁹. A “ascensão do Ocidente” estava em curso.

in the World Economy: Introduction”. *American Historical Review*, vol. 107, n. 2, April 2002.

⁶ Na opinião de Stokes, tal abordagem seria superior à tradicional, ao privilegiar “interações policêntricas”, ao invés de questões do tipo hegemonia ou pioneirismo que, habitualmente, ocupam a atenção dos historiadores (STOKES, Gale, “The Fates of Human Societies: a review of recent macrohistories”. *The American Historical Review*, vol. 106, n. 2, April 2001).

⁷ FINDLAY, Ronald & O'ROURKE, Kevin H., *Power and Plenty: trade, war, and the world economy in the second millennium*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2007. Já Hobson enxerga os primórdios desta “globalização no ano 500 D.C., tendo o mundo islâmico como seu centro (HOBSON, John M., *The Eastern Origins of Western Civilization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004).

⁸ Conforme argumenta, por exemplo, Abu-Lughod (ABU-LUGHOD, Janet, *Before European Hegemony: the world system, A.D. 1250-1350*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 1989).

⁹ Para um influente tratamento da relação entre inovação militar e a ascensão do Ocidente no início da Era Moderna, ver PARKER, Geoffrey, *The Military Revolution: military innovation and the rise of the West, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2ª ed., 12ª reimp., 2008. Para uma crítica contundente à ideia de que as grandes civilizações asiáticas foram subjugadas pelos europeus (pela ordem, portugueses, holandeses e britânicos) antes do século XIX, ver Hobson (HOBSON, John

Diante destes fatos, os historiadores modernos se fazem duas perguntas essenciais, a saber: “quando, efetivamente, o Ocidente e o Oriente começaram a *divergir*” e “o que provocou esta divergência”¹⁰.

A maioria esmagadora da historiografia centrada na Europa – explícita ou implicitamente – responderia a estas duas perguntas com uma resposta única: certamente a partir da Revolução Industrial britânica e, possivelmente, antes dela¹¹ – ou seja, as transformações experimentadas, de forma pioneira, pela Grã-Bretanha na virada do século XVIII para o XIX e, posteriormente, disseminadas para outras partes do Continente e para os Estados Unidos, confirmariam o domínio do Ocidente sobre o restante do mundo.

O problema com esta interpretação é que a própria natureza revolucionária – no sentido de inaugurar uma descontinuidade na trajetória de crescimento econômico na Grã-Bretanha – da Revolução Industrial tem sido posta em xeque por vários autores¹². Um dos resultados deste revisionismo “de dentro” (isto é, partindo de autores

M., *The Eastern Origins of Western Civilization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004). Para o autor, os ocidentais foram, no máximo, tolerados pelos governos e comerciantes locais e jamais tiveram um papel preponderante nas intrincadas redes comerciais da região antes do período do Imperialismo do século XIX.

¹⁰ Ocioso dizer que os termos “Ocidente” e “Oriente” não devem ser *essencializados*. Quando empregados no debate, não podem ser entendidos como sugerindo qualquer uniformidade econômica, social ou cultural entre as inúmeras unidades políticas que formavam, respectivamente, a Europa Ocidental e a Ásia. Trata-se, isto sim, apenas de um recurso expositivo conveniente que, quando necessário, será substituído por designações mais precisas.

¹¹ Conforme sustentam, entre outros, Epstein (EPSTEIN, Stephan R., *Freedom and Growth: the rise of markets in Europe, 1300-1750*. Londres e Nova York: Routledge, 2000), Mielants (MIELANTS, Eric H., *The Origins of Capitalism and the 'Rise of the West'*. Philadelphia, PA: Temple University Press, 2007) e Van Zanden (VAN ZANDEN, Jan Luiten, “The Road to the Industrial Revolution: hypotheses and conjectures about the medieval origins of the ‘European Miracle’”. *Journal of Global History*, vol. 3, n. 3, November 2008).

¹² As primeiras críticas modernas à visão dominante acerca do caráter abrupto, descontinuo, da Revolução Industrial partiram dos chamados *cliometristas*, ligados à Nova História Econômica (CRAFTS, Nick F.R., “English Economic Growth in the Eighteenth Century: a Re-examination of Deane and Cole’s Estimates”. *Economic History Review*, vol. 29, n. 2, May 1976; Idem, “British Economic Growth, 1700-1831: a Review of the Evidence”. *Economic History Review*, vol. 36, n. 2, May 1983, e Idem & HARLEY, Knick, “Output Growth and the Industrial Revolution: a Restatement of the Crafts-Harley View”. *Economic History Review*, vol. 45, n. 4, November 1992.

que estudam a história econômica europeia) foi reforçar junto aos estudiosos da Europa pré-industrial (*early modernists*) a convicção de que o dinamismo da economia e da sociedade europeias precedeu a Revolução Industrial e, portanto, suas origens devem ser buscadas, pelo menos, dois séculos antes¹³.

Este revisionismo, por sua vez, foi duramente contestado por aqueles que mantêm que a Revolução Industrial implicou, sim, em mudança “revolucionária” na história econômica da Grã-Bretanha. A partir do trabalho de Cuenca Esteban (1994), as estimativas dos *cliometristas* de (baixo) crescimento econômico durante a Revolução Industrial perderam parte de seu poder de persuasão. Berg e Hudson (1992 e 1994), por sua vez, criticam o enfoque exclusivamente macroeconômico dos revisionistas e mostram como a Revolução Industrial teve enorme impacto sobre inúmeros setores desconsiderados pelos revisionistas, sem falar das suas consequências espaciais, sociais e culturais. De forma mais incisiva, Landes (1998) procura restabelecer o papel profundo, transformador, da Revolução Industrial, enfatizando os impactos das invenções britânicas no período.

Curiosamente, o restabelecimento da visão original acerca da natureza revolucionária da Revolução Industrial britânica iria contar com o apoio de um grupo insuspeito de autores, cuja área de estudo principal é o “Reino do Meio” (a China). Mais especificamente, a partir dos anos 1990 diversos autores, baseados em universidades da Califórnia,¹⁴ começaram a lançar dúvidas sobre as interpretações “eurocêtricas” daquilo que se convencionou chamar de a Grande Divergência, a partir do título homônimo do influente trabalho de Pomeranz (2000).

¹³ Para os *early modernists*, antes da Revolução Industrial, a Inglaterra (e algumas outras partes da Europa e Estados Unidos) teria experimentado uma Revolução *Industriosa*, que envolveu decisões tomadas no nível domiciliar e que levaram a uma elevação tanto da *oferta* de artigos e mão de obra no mercado como da *demanda* por bens no mercado. Assim, diante da maior disponibilidade de bens de consumo (inclusive, importados, como açúcar, chá, café, sedas, porcelana, etc.) indivíduos reduziram o seu tempo dedicado ao lazer (tendo em vista uma maior utilidade marginal da renda monetária) e à produção para consumo próprio. Com isso, aumentaram o tempo e a intensidade do trabalho, visando à produção para o mercado, seja na agricultura, como na protoindústria.

¹⁴ Daí a alcunha de Escola da Califórnia, proposta por um de seus expoentes, o sociólogo Jack Goldstone, professor da University of California - Davis.

Em linhas gerais, o argumento destes revisionistas “de fora”¹⁵ pode ser resumido em três proposições:

- a. A dinâmica econômica europeia anterior à Revolução Industrial não se resumia a pouco (ou nenhum) crescimento, interrompido por crises Malthusianas¹⁶;
- b. Também havia crescimento econômico “moderno”¹⁷ na Ásia, antes da chegada dos europeus;
- c. A Grande Divergência entre a Ásia e a Europa foi tardia e dependeu da sorte (*late and lucky*)¹⁸. Ela teria tido início apenas por volta de 1800, com a Revolução Industrial, e decorreu, fundamentalmente, da existência de vastos depósitos de carvão na Grã-Bretanha e da facilidade de acesso daquele país às riquezas das Américas.

O primeiro ponto repete o cerne do que se chamou de a “Revolta dos *Early Modernists*”, qual seja, o argumento de que a Europa pré-industrial estava longe de ser estagnada economicamente. Na prática, porém, esta afirmação não tem influência mais direta sobre a controvérsia em torno da Grande Divergência e a ascensão do Ocidente.

Já o segundo, como se verá adiante, é mais contencioso e diz respeito à existência de traços de “pré-modernidade”¹⁹ socioeconômica não

¹⁵ Posto que não são, em geral, estudiosos da história econômica do Ocidente, mas sim da História Global, com ênfase no Oriente.

¹⁶ As crises malthusianas decorreriam do fenômeno dos retornos decrescentes, em um contexto de oferta (quase) fixa do fator terra e lento crescimento da produtividade. Ocorreriam em sociedades que experimentam crescimento apenas *extensivo* (isto é, decorrente de aumento populacional e/ou da maior utilização de terras) ou, no máximo, smithiano (derivado dos ganhos de especialização).

¹⁷ No sentido kuznetziano, isto é, em que se observa crescimento tanto do produto total como *per capita* de forma sustentada, e liderado pelo progresso técnico. Trata-se do crescimento do tipo schumpeteriano, na terminologia de Parker (PARKER, William N., *Europe, America, and the Wider World: essays on the economic history of Western capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, vol. 1, 1984).

¹⁸ A expressão é de Bryant, um feroz crítico do revisionismo, como se verá na próxima seção (BRYANT, Joseph M., “The West and the Rest Revisited: debating capitalist origins, European colonialism, and the advent of modernity”. *Canadian Journal of Sociology*, vol. 31, n. 4, Fall 2006).

¹⁹ Na falta de um termo melhor, optou-se por “pré-moderno” para designar algo característico do início da Era Moderna (*Early Modern period*), ou seja, séculos XVI a XVIII.

apenas na Europa, como também em várias partes da Ásia. Exemplos destas seriam melhorias técnicas na agricultura e na indústria, envolvendo ganhos de produtividade e produção; a existência de vastas redes de comércio doméstico e internacional, baseadas em centros urbanos e mantidas por comerciantes prósperos; e regimes políticos crescentemente burocratizados e centralizados²⁰. Haveria, em suma, segundo os revisionistas da Escola da Califórnia, muito mais semelhanças do que diferenças entre as economias e as sociedades “ocidental” e “oriental” antes de 1800. Antes da Revolução Industrial, vivia-se, segundo, Pomeranz (2000), um mundo de “semelhanças surpreendentes” entre a Ásia e a Europa²¹, contrariando a maior parte do *mainstream* “eurocêntrico”, tão bem representado por Landes (1998).

No capítulo 14 (“Por que a Europa? Por que então?”), de seu influente livro, Landes deixa de lado os números da Revolução Industrial e sua briga particular com os *cliometristas* da Nova História Econômica para delinear a sua interpretação pessoal acerca das origens da “riqueza e pobreza das nações”²². Neste capítulo, identificam-se três elementos

²⁰ GOLDSTONE, Jack, “Efflorescences and Economic Growth in World History: rethinking the ‘Rise of the West’ and the Industrial Revolution”. *Journal of World History*, vol. 13, Issue 2, Fall 2002.

²¹ As alusões, na literatura, a diferenças entre características do Ocidente e Oriente (ou Europa e Ásia) costumam ser enganadoras. Na realidade, quase sempre se baseiam em exame de dados referentes, respectivamente, a partes da Inglaterra (as Midlands, sobretudo) e ao delta do Rio Yang-Tsé, na China. Este é o caso da maior parte da análise empreendida no influente trabalho de Pomeranz (POMERANZ, Kenneth, *The Great Divergence: China, Europe, and the making of the modern world economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000).

²² Para Hobson (HOBSON, John M., *The Eastern Origins*, op. cit.), a abordagem de Landes – como, de resto, aquela da maior parte dos autores eurocênicos envolvidos no debate – pecaria por um “vício de origem”, representado pela forma em que os termos do debate são colocados. Partindo do fato concreto de que o Ocidente foi pioneiro na Revolução Industrial e viria a dominar o restante do mundo ao longo dos séculos XIX e XX, estes autores se lançariam a encontrar características supostamente intrínsecas à cultura ocidental que “explicariam” este mesmo pioneirismo. Não encontrando, nas sociedades orientais, muitos destes traços, tais autores acreditariam estar *demonstrando* serem estas as razões para a ascensão do Ocidente (e, simetricamente, a não-ascensão do Oriente) quando, para Hobson, estariam, meramente, incorrendo na armadilha da teleologia, ao escrever a História de frente para trás. Weber seria o principal responsável, segundo o autor, por este vício argumentativo, ao contrastar a existência de características do “espírito capitalista” no Ocidente com a sua (suposta) ausência nas sociedades do Oriente.

por trás do sucesso europeu, tal como “demonstrado” pelo fato de a Revolução Industrial ter ocorrido naquela parte da Eurásia, e não no Oriente: a crescente autonomia da ciência (em relação ao Estado e à Igreja); o surgimento do método científico; e a rotinização do esforço de pesquisa e sua posterior disseminação (“a invenção da invenção”, em suas palavras).

A *cultura*, segundo Landes, estaria na origem destes elementos distintamente europeus e, em última instância, explicaria a ascensão do Ocidente²³. Tal cultura ter-se-ia desenvolvido a partir da fragmentação territorial que prevaleceu na Europa entre os anos 1000 e 1500. Esta, por seu turno, teria fomentado a concorrência entre as unidades políticas de então, concorrência esta, em última instância, progressista, em contraste com uma Ásia centralizada e supostamente estática, onde soberanos despóticos exploravam seus súditos para proveito próprio. Após 1492, a competição dentro da Europa foi estendida a outras partes do mundo e – dada uma cultura mais “dinâmica” (no sentido de ser mais científica, propensa à inovação, voltada para o lucro) – os europeus rapidamente dominaram ameríndios primitivos (tecnologicamente falando) e asiáticos estagnados e despóticos.

Por mais que o tom direto de Landes possa soar triunfalista e que seu tratamento das complexas economias e sociedades do mundo não Ocidental seja, claramente, superficial (quando não caricatural), não se pode negar a força de sua argumentação. O fato é que, enquanto a Europa, no início da Idade Média, era uma região pobre e periférica da economia global, em meados do século XVI já havia chegado à Ásia e às Américas, e não o contrário. Ao mesmo tempo, não resta dúvida de que, a partir do século XIX, foram as tecnologias e as instituições saídas da Europa que se espalharam pelo mundo, o que, juntamente com o contínuo avanço do Ocidente, constituiu a força dinâmica da economia mundial na Era Moderna²⁴. Chamar a isto de “eurocentrismo” é uma

²³ Para a dificuldade operacional de se integrar os conceitos de “cultura” e “instituições” na história econômica, ver VRIES, Peer, “The Role of Culture and Institutions in Economic History: can economics be of any help?” *NEHA Jaarboek*, n. 64, 2001:28–60.

²⁴ Por outro lado, não há como negar que até então o Ocidente fora amplamente beneficiado pela importação de insumos tecnológicos e institucionais (e, de um modo geral, ideias) provenientes do Oriente. Para uma argumentação eloquente desta

questão de gosto²⁵. Landes, provavelmente, não se importaria com tal rótulo. E não foi por acaso que se tornou a *bête noire* dos revisionistas californianos

O primeiro trabalho a colocar de forma explícita os três pontos principais da crítica a esta vertente da ortodoxia “eurocêntrica” foi de Wong (1997). Embora um especialista na história da China, Wong começa por defender o restabelecimento da visão tradicional acerca da Revolução Industrial britânica, pelo menos naquilo que concerne a seu caráter revolucionário, de descontinuidade. O autor sustenta, adicionalmente, que, até o final do século XVIII, tanto a China como a Europa experimentaram crescimento econômico smithiano. Tal fato seria caracterizado, entre outros, pela expansão das indústrias rurais, uma agricultura cada vez mais produtiva e redes comerciais cada vez mais extensas (p. 278).

Tal tipo de crescimento, contudo, ocorria dentro dos marcos próprios de economias agrárias, o que envolvia problemas relacionados à insegurança das safras, às possibilidades materiais limitadas e a questões demográficas específicas. Mais do que isso, argumenta, em nenhuma das duas regiões (China e Europa) este tipo de crescimento continha as sementes da economia industrial. Consequentemente, diz o autor, caso se olhassem a Europa e a China no início do século XVIII, seria impossível dizer que qualquer uma das duas regiões iria dar origem à Era Industrial.

Embora identifique grandes semelhanças econômicas entre a Europa e a China pré-industriais, Wong (1997) salienta que elas eram nitidamente diferentes do ponto de vista político. A primeira caracterizou-se por inúmeros estados competindo entre si, no interior dos quais os soberanos lutavam com as elites pelo direito de extrair recursos para fazer guerras (p. 281). Para isso, desenvolveram instituições financeiras mais complexas, a fim de se sustentarem e, ao fazê-lo, lançaram as bases institucionais para o capitalismo.

A China, em contrapartida, era um império agrário unificado em que as elites detinham, comparativamente, menos poder, e onde os

“dívida” do Ocidente para com o Oriente, ver HOBSON, John M., *The Eastern Origins of Western Civilization*, op. cit.

²⁵ MOKYR, “Eurocentricity Triumphant”. *The American Historical Review*, op. cit., p. 1242.

soberanos desenvolveram políticas e instituições visando manter o *status quo*. Dentro dos marcos do código moral do Confucionismo, elites e oficiais do Estado cooperavam na manutenção da ordem pública, provendo, conjuntamente, escolas, organizações de caridade, silos de grãos, etc. O Confucionismo também não permitiria elevados níveis de tributação, o que, dada a grande estabilidade da economia agrária chinesa, retirava daquela sociedade o elemento de conflito entre soberanos e elites. Não obstante tais diferenças políticas entre as duas regiões, Wong (*contra* Landes) não vê qualquer *superioridade* de um tipo de arranjo sobre o outro em termos de seu “dinamismo” econômico²⁶.

Para o autor, portanto, as razões para o pioneirismo europeu têm pouca relação com as explicações normalmente apontadas na historiografia, e que fazem referência a supostas vantagens culturais (*à la* Landes) ou institucionais²⁷ do Ocidente. Em última instância, argumenta Wong (1997:49-52), a descoberta do Novo Mundo e o acesso a quantidades jamais vistas de energia de origem mineral são a chave para se entender como a Europa (e, em um primeiro momento, apenas ela) deixou para trás o crescimento instável, smithiano, e adentrou uma era de crescimento continuado²⁸.

Recapitulando, a base do argumento revisionista – tal como exposto pelos sinólogos da Escola da Califórnia – repousa em três ideias centrais, todas elas contenciosas: primeiramente, afirma-se que antes da Revolução Industrial britânica não haveria nada de excepcional na experiência de crescimento econômico da Europa. Decorreria daí que

²⁶ Ver BUCK, David D., “Was it Luck or Pluck that Made the West Grow Rich?” *Journal of World History*, vol. 10, Issue 2, Fall 1999:423-24. Vries (VRIES, Peer, “Governing Growth: a comparative analysis of the role of the state in the rise of the West”. *Journal of World History*, vol. 13, Issue 1, Spring 2002) chega a conclusão semelhante, ao comparar as características do sistema de estados europeus e os impérios do Oriente, no início da Era Moderna.

²⁷ Dois trabalhos influentes e que oferecem uma explicação “institucional” para a ascensão do Ocidente são de NORTH, Douglass & THOMAS, Robert P., *The Rise of the West: a new economic history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973, e Idem & WEINGAST, Barry R., “Constitutions and Commitment: the evolution of institutions governing public choice in seventeenth-century England”. *Journal of Economic History*, vol. XLIX, n. 4, December 1989.

²⁸ Argumento semelhante já havia sido feito anteriormente por Thomas (THOMAS, Brinley, “Escaping from Constraints: the Industrial Revolution in a Malthusian context”. *Journal of Interdisciplinary History*, vol. XV, n. 4, Spring 1985:729-753).

a Grande Divergência entre estas duas regiões do mundo somente teria tido início com a própria Revolução Industrial, isto é, no final do século XVIII.

Já a segunda heresia (ao menos aos olhos da historiografia tradicional) dos revisionistas seria descartar qualquer pretensa vantagem – pelo menos até o século XVIII – na religião, na tecnologia, no comércio, no sistema de leis e de governo do Ocidente, que o teria impulsionado rumo à industrialização e ao crescimento econômico moderno (GOLDSTONE, 2009). Para autores como Wong (1997) – e, como se verá em seguida, Pomeranz (2000) – o que permitiu à Europa divergir do Oriente foram, em última instância, fatores contingentes, do acaso, ligados à geografia/geologia. Este é o terceiro ponto do revisionismo californiano.

A fim de reforçar o ponto acerca da semelhança material entre Ocidente e Oriente, os revisionistas recorrem ao influente conceito de economia *orgânica*, proposto por Wrigley (1988, 2004). Nos termos consagrados por aquele autor, antes da Revolução Industrial, a economia britânica (e, de resto, em todo o mundo) caracterizava-se por possuir a maior parte dos bens materiais de valor para o homem, derivada de produtos animais ou vegetais, cuja oferta era limitada pela produtividade da terra²⁹. Crucialmente, as fontes energéticas³⁰ nas economias orgânicas, em geral, eram de origem animal ou vegetal, impondo um teto intransponível ao crescimento econômico sustentado nas sociedades pré-industriais³¹.

Ainda que sujeitos aos limites inerentes a uma base energética orgânica, é fato que ocorreram diversos episódios de crescimento econômico duradouro no mundo pré-industrial. Neste sentido, Goldstone (2002)

²⁹ Daí o pessimismo dos economistas clássicos, como Smith, Ricardo e, mais eloquentemente, Malthus, todos eles assombrados pelos retornos decrescentes característicos de economias orgânicas.

³⁰ A exemplo dos alimentos para humanos e animais e combustível para aquecer casas, assar o pão, fabricar tijolos, vidro, cerveja, corantes, metais, etc.

³¹ Não é difícil perceber que economias deste tipo não podem crescer indefinidamente, visto que mais produção exige mais energia. Em algum ponto, tal economia esbarra num teto energético representado pela fotossíntese realizada pelo seu estoque de plantas que, em última instância, alimentam pessoas e animais, proveem fibras para o setor têxtil e fornecem a madeira utilizada na construção civil e naval e na produção de carvão vegetal para aquecer lares e fábricas.

propõe o uso do termo “florescência” (*efflorescence*, no original) para designar uma “descontinuidade acentuada, geralmente inesperada, em indicadores demográficos e econômicos importantes, normalmente acompanhada de expansão política e construção institucional [...]”³². Tais episódios, ainda segundo o autor, geralmente envolveriam a combinação de crescimento econômico smithiano e schumpeteriano, sendo percebidos pelos contemporâneos como “eras de ouro” de criatividade e realizações, inclusive no campo tecnológico. Este seria o caso, por exemplo, da alta dinastia Qing (manchu), na China, que teria experimentado uma florescência, grosso modo, entre 1680 e 1780³³.

Goldstone (2002) cita, como testemunho desta era de ouro específica, entre outros elementos, a enorme expansão demográfica verificada na China (passando de 160 milhões de habitantes, em 1700, para 350 milhões em 1800), paralelamente ao aumento do padrão de vida. Tal combinação teria sido possível graças à elevação da produtividade agrícola, por sua vez decorrente de maior uso de capital (sobretudo, fertilizante à base de torça de soja) no setor.

O aparente dinamismo da economia chinesa no século XVIII serve de base para a crítica mais influente da Escola da Califórnia, a cargo de Kenneth Pomeranz e seu livro *The Great Divergence*.

Na primeira parte de Pomeranz (2000), o autor procura demonstrar que a economia mundial, no início da Era Moderna, continha diversos centros (*multiple cores*) além do noroeste da Europa, e que todos eles padeciam de restrições ecológicas, típicas de economias orgânicas, a exemplo de falta de madeira e fibras, e do esgotamento dos solos, ambos os fenômenos empurrando aquelas sociedades para o teto malthusiano. Do lado inglês, porém, uma diferença mostrar-se-ia crucial, a saber, a existência de amplos depósitos de carvão, facilmente exploráveis, e que

³² GOLDSTONE, Jack, “Efflorescences and Economic Growth in World History”, op. cit, p. 333.

³³ Já para Jones (JONES, Eric L., *Growth Recurring: economic change in world history*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2ª ed., 2000) a Revolução Industrial foi apenas um de muitos episódios na história da Humanidade em que se observou crescimento econômico intensivo. Outros casos seriam a Pérsia Abássida (século IX), a China durante o período Song (séculos X a XIII) e o Japão Tokugawa (séculos XVII-XIX).

teriam proporcionado àquela região uma oferta infinitamente superior de energia, fator indispensável à industrialização subsequente.

Nos dois capítulos seguintes dessa parte do livro, o autor busca desmistificar supostas vantagens das economias e das sociedades europeias antes de meados do século XIX, a exemplo de seu sistema demográfico-nupcial³⁴, maior estoque de capital físico, tecnologia e liberdade nos mercados de fatores de produção (capital, terra e trabalho). As “incríveis semelhanças” (que dão o título à Primeira Parte do livro) entre áreas centrais (*core areas*) da Eurásia, ainda segundo Pomeranz (2000), manifestar-se-iam, também, na coincidência de um crescimento do tipo smithiano, baseado em crescente divisão do trabalho e que produzia baixos níveis de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Diante de restrições tecnológicas e ecológicas básicas, nada garante que o padrão de desenvolvimento econômico em qualquer das duas áreas iria “naturalmente” desembocar na industrialização (POMERANZ, 2000:107).

Na Parte 2 do livro, o autor analisa os padrões de consumo de luxo e compara os regimes legais e sociais que governavam a acumulação de capital na China e na Europa. Novamente, conclui que há mais semelhanças nas duas experiências do que diferenças e que estas, quando existiam, não eram suficientes para explicar a divergência da Europa. Na Terceira e última Parte, se debruça mais detalhadamente sobre as restrições ambientais comuns às duas economias na era pré-industrial e o papel de fatores conjunturais na determinação da Grande Divergência.

Partindo do pressuposto – caro aos praticantes da História Global – de que a Revolução Industrial foi um fenômeno não apenas local, mas do mundo todo, o autor enfatiza o papel desempenhado por outro

³⁴ Trata-se da hipótese, devida a John Hajnal (HAJNAL, John, “European Marriage Patterns in Perspective”, in Glass, D.C. e EVERSLEY, D.E.C., *Population in History*. Chicago: Aldine, 1965) acerca da existência de um “padrão europeu de casamento”, distinto daquele observado em outras sociedades (como na Ásia). Para aquele autor, em partes da Europa os indivíduos se casariam mais tarde, a idade dos cônjuges era mais próxima e uma parcela relativamente grande de pessoas jamais se casava. Esta singularidade da Europa ocidental teria permitido apenas aos europeus exercerem, em períodos de dificuldade econômica, um controle preventivo (*moral check*, nos termos de Malthus) do crescimento demográfico e, com isso, diminuir o risco de expansão populacional excessiva e crises de subsistência.

tipo de contingência, além da geológica (carvão), ligada a processos globais: o “bônus ecológico” (*ecological windfall*), proporcionado pela exploração do Novo Mundo, e as consequências inesperadas deste bônus. As madeiras, o açúcar e o algodão do Novo Mundo foram, claramente, um bônus para o Ocidente, em termos da expansão da área agricultável da Europa³⁵. Pomeranz (2000) estimou a chamada *ghost acreage*, ou seja, a área “poupada” na Grã-Bretanha ao importar alimentos e matérias-primas do Novo Mundo (algodão, açúcar e madeira) em 25-30 milhões de acres (100.000 a 120.000 km²), ou bem mais que os terrenos agricultáveis naquele país³⁶. Os lucros proporcionados pelo comércio com o Novo Mundo também teriam sido importantes, na opinião do autor para a posterior industrialização britânica.

As formas distintas como a Grã-Bretanha e a China exploraram as suas periferias também têm papel importante em seu argumento. Para ele, as periferias chinesas não proporcionaram tantos ganhos, visto que aquelas regiões eventualmente se tornaram densamente povoadas e menos dependentes do seu “centro” chinês. Já nas Américas, os europeus puderam contar com muito mais recursos, em parte em função do despovoamento causado pela ação das doenças sobre os ameríndios. Adicionalmente, a implantação do sistema de *plantations* no Novo Mundo, especializadas na produção de artigos tropicais e dependentes da importação de manufaturados europeus, deu impulso adicional à economia do Ocidente. Finalmente – e não menos importante – o tráfico de escravos, em conjunto com os fatores destacados anteriormente, contribuiu para gerar um fluxo contínuo de lucros para os

³⁵ A esta lista deve-se acrescentar a prata americana que, embora não cultivada, mostrou-se indispensável para o funcionamento da economia global do início da Era Moderna – e, por conseguinte, no expansionismo comercial europeu. Ver FLYNN, Dennis O. & GIRÁLDEZ, Arturo, “Path Dependence, Time Lags and the Birth of Globalization: a critique of O’Rourke and Williamson”. *European Review of Economic History*, vol. 8, Issue 1, April 2004.

³⁶ Ver Pomeranz (POMERANZ, Kenneth, *The Great Divergence*, op. cit., p. 276). Este número não inclui a área de floresta poupada para a produção de lenha, substituída pelo carvão mineral, estimada, pelo autor, em 15-21 milhões de acres (60.000 a 84.000 km²). A expressão *ghost acreage* é devida a Jones (JONES, Eric L., *The European Miracle: environments, economies and geopolitics in the history of Europe and Asia*. Cambridge, Cambridge University Press, 2ª ed., 1987).

empresários britânicos envolvidos no comércio atlântico. Se, de forma isolada, nenhum destes fatores levaria à industrialização britânica, tomados em conjunto contribuíram para o seu pioneirismo, argumenta Pomeranz (2000).

Ainda que – a exemplo de Wong (1997) e Pomeranz – Goldstone veja “incríveis semelhanças” entre a natureza do crescimento econômico chinês e Ocidental (britânica, mais especificamente) antes da Revolução Industrial, adota postura mais cautelosa no tocante às razões da Grande Divergência. Assim, ao invés de recorrer a explicações que enfatizam o papel do acaso (sob a forma da existência de carvão e de acesso às Américas) na explicação da ascensão do Ocidente, Goldstone (2009:167-9) se aproxima mais da literatura tradicional e sua ênfase na excepcionalidade cultural/institucional da Europa. Neste sentido, para ele, a trajetória distinta tomada pela Europa a partir da Revolução Industrial – e somente após ela – deve ser vista como o resultado da combinação de fatores “incomuns”, próprios da Europa (ou, em certos casos, específicos da Grã-Bretanha). Entre eles, o autor cita a abordagem empírica dos fenômenos naturais, a experimentação baseada em instrumentos, o clima de tolerância (sobretudo, da parte da Igreja Anglicana) e as estreitas relações sociais entre empresários, cientistas, engenheiros e artesãos.

Não obstante a tônica mais moderada da contribuição de Goldstone (2002), a repercussão provocada pelo revisionismo californiano – em particular o radicalismo implícito no livro de Pomeranz (2000), ao sugerir que, em última análise, o início da Grande Divergência teria sido tardio e fortuito (*late and lucky*)³⁷ – abriria as portas para um contra-ataque não menos vigoroso por parte de autores das mais diversas orientações metodológicas e ideológicas, porém de alguma forma identificados com a ideia da excepcionalidade europeia.

³⁷ Em Pomeranz (POMERANZ, Kenneth, “Beyond the East-West Binary: resituating development paths in the eighteenth-century world”. *The Journal of Asian Studies*, vol. 61, n. 2, May 2002:579-81) o autor refuta esta caracterização de seu argumento, e afirma que carvão e colônias, por si só, não explicariam a Grande Divergência.

2. Criticando os revisionistas

2.1 “Incríveis Semelhanças” entre a China e a Europa?

Conforme visto, uma das críticas centrais do revisionismo californiano diz respeito a generalizações tidas como, em geral, equivocadas, a respeito das características socioeconômicas do Oriente. Segundo eles, a ortodoxia reinante insiste em apontar supostas vantagens na conformação institucional europeia, que lhe teriam permitido abrir o caminho para o capitalismo e, a partir daí, a Grande Divergência. Para autores como Wong (1997) e Pomeranz (2000), sobretudo, até c. 1800 as regiões mais dinâmicas da China não deviam nada a suas congêneres ocidentais em termos de arcabouço político, regime demográfico, vigor comercial, disseminação de mercados, etc., de tal modo que não seria lícito enxergar “vantagens” culturais ou institucionais europeias antes da ocorrência (fortuita, segundo os revisionistas) da Revolução Industrial. Em outras palavras, a divergência entre Europa e China teria sido tardia – certamente, muito mais do que postulam os *early modernists*, com sua ênfase nos elementos de dinamismo da economia europeia pré-industrial.

Uma crítica mais geral feita a tal postulado de “incríveis semelhanças” entre a Ásia e a Europa partiu de Maddison (2001), que argumenta que, entre os séculos XIII e XVIII, a China experimentou, na verdade, crescimento econômico de caráter meramente extensivo (isto é, baseado no maior uso dos fatores terra e trabalho). A multiplicação por um fator de quatro (de 100 para 400 milhões de habitantes) da população chinesa no período não teria sido acompanhada de crescimento significativo da renda *per capita* e, portanto, não seria lícito afirmar – como Goldstone (2002) – que houvera uma “florescência” econômica entre 1680-1780³⁸. Adicionalmente, Maddison (2001) descarta a ideia de semelhança nos efeitos do arcabouço institucional chinês e europeu,

³⁸ Tal crescimento notável da população chinesa só foi possível a partir de uma combinação de expansão da área agricultável (ao sul do Yang-Tsé, sobretudo) e maiores rendimentos, estes últimos com base no cultivo de variedades mais produtivas de arroz, introdução de milho e batata doce, vindos das Américas, e uso mais intensivo de fertilizante (estrupe e torta de soja): MADDISON, Angus, *The World Economy*, op. cit.

preferindo enfatizar, ao contrário, limitações no caso chinês, que “inibiriam o crescimento da iniciativa capitalista e restringiriam as oportunidades para o comércio exterior e a troca de ideias”³⁹.

Brenner e Isett (2002) também discordam da periodização de Pomeranz (2000) para o início da Grande Divergência. Para eles, desde 1500 (e não 1800, como querem os revisionistas) as trajetórias das duas regiões já seguiam cursos distintos, de sorte que, em meados do século XVIII, a Inglaterra já era, em termos comparativos, uma economia desenvolvida e rica e o delta do Yang-Tsé, pobre. As diferenças nas trajetórias entre as duas regiões – e, também, da Inglaterra com relação ao restante da Europa – decorreria da prevalência de relações sociais de produção no campo (e fora dele) distintas. Em particular, do surgimento, na Inglaterra, de produtores rurais diretos (*tenants e labourers*), e não mais senhores e camponeses em formas de coerção extraeconômica⁴⁰. Como consequência, a Inglaterra experimentou produtividade agrícola e renda *per capita* crescentes desde o século XVII, ao contrário do restante da Europa e do Oriente.

Uma das críticas mais veementes ao revisionismo californiano partiu de Bryant (2006). O autor não vê elementos que dêem sustentação à posição revisionista de que antes da Revolução Industrial as regiões mais avançadas da China e da Europa ocidental estavam caminhando em uma mesma trajetória de desenvolvimento, e que esta só viria a divergir em função de “acidentes” geográficos/geológicos⁴¹. Para ele, na realidade, havia contrastes nítidos entre as duas regiões. Por exemplo, lembra que, na China dos períodos Ming-Qing (séculos XIV a XIX), houve, sim, enorme crescimento demográfico, porém sem ser acompanhado de

³⁹ Ibidem, p. 23.

⁴⁰ Para Pomeranz (POMERANZ, Kenneth, “Beyond the East-West Binary”, op. cit., p. 552), porém, esta ideia de que o caminho para a economia moderna devesse passar, necessariamente, pela “proletarianização” do campesinato não se sustentaria sequer na experiência histórica inglesa.

⁴¹ Goldstone (GOLDSTONE, Jack, “Capitalist Origins”, op. cit., p. 120) contesta esta caracterização que Bryant (BRYANT, Joseph M., “The West and the Rest Revisited”, op. cit.) fez da posição revisionista e afirma que, na verdade, os californianos argumentam que *nenhuma* das principais sociedades da Eurásia (à exceção da Grã-Bretanha, na visão particular de Goldstone) encontrava-se em uma trajetória de crescimento modernizante entre 1500 e 1800.

melhoria significativa das técnicas de produção⁴². Ainda na questão agrária, Bryant (2006:430-1) nota que, enquanto a Inglaterra experimentara uma Revolução Agrícola (com elevação da produção e da população, ao mesmo tempo em que caía a proporção da força de trabalho empregada na agricultura), nada semelhante se passou na China, ao contrário do que postulam os revisionistas. Finalmente, sustenta que a expansão do setor têxtil doméstico (*cottage industry*) na China, longe de representar uma manifestação análoga à maior divisão de trabalho e Revolução Industrial do Ocidente, seria, na verdade, uma estratégia desesperada de compensar a queda nos rendimentos agrícolas.

Bryant (2006) vai mais além em sua crítica ao argumento revisionista, taxando-o de “a-histórico”, “a-sociológico” (p. 410) e, por fim, “ilógico” (p. 436). Como que para provar o seu ponto, lança três perguntas para os autores da Escola da Califórnia:

- I. Se é verdade que as vantagens decisivas da Europa somente surgiram após a industrialização, por que é que, nos três séculos anteriores, os europeus foram capazes de conquistar partes da Ásia, sem que as potências locais fossem capazes de expulsá-los?
- II. Se a Ásia era tão forte econômica e tecnologicamente quanto a Europa, por que é que isso não se traduziu militarmente?
- III. Se as sociedades da Europa ocidental e da Ásia eram, grosso modo, equivalentes em termos de desenvolvimento econômico até c. 1800, como é que foi possível uma ruptura revolucionária (a Revolução Industrial) sem um período anterior “preparatório”?⁴³

Esta última pergunta forma o cerne da crítica de Bryant a uma aparente deficiência lógica do argumento revisionista, que sustenta que dois

⁴² Para o autor, a situação de permanente crise agrária (*agrarian distress*) chinesa estaria na origem, inclusive, das inúmeras rebeliões camponesas observadas no século XIX, ocasionando a morte de dezenas de milhões de pessoas. Já para Pomeranz (POMERANZ, Kenneth, “Beyond the East-West Binary”, op. cit., p. 575), as pressões demográficas experimentadas pela China no século XIX ocorreram, justamente, fora da região economicamente mais dinâmica (o Delta do Yang-Tsé) e teriam prejudicado a capacidade do Estado de manter a ordem e a infraestrutura econômica bem antes de se tornarem um problema, propriamente, malthusiano.

⁴³ BRYANT, Joseph M., “The West and the Rest Revisited”, op. cit., p. 410-11.

tipos de sociedades “incrivelmente semelhantes” podem – a partir de fatores contingentes (acidentes históricos ou a geografia) – divergir radicalmente. Para Bryant (2006:437) na História não existe criação a partir “do nada” (*ex nihilo*), mas sim relações de causalidade entre o passado e o presente, de tal forma que mesmo as transformações mais revolucionárias envolvem “re-fazer” ou “ir além” de algo preexistente, ou seja, têm por base recursos e oportunidades que se vinham acumulando no passado⁴⁴.

A crítica à tese revisionista de “incríveis semelhanças” também se dá no nível das evidências históricas mais específicas. Neste sentido, uma das questões mais importantes diz respeito a comparações do padrão de vida vigente nas duas regiões, exercício que padece dos problemas inerentes à mensuração de indicadores de salários reais confiáveis para o passado distante. Embora os revisionistas insistam que o padrão de vida no Delta do Yang-Tsé e na Inglaterra fosse, grosso modo, semelhante, no início da Era Moderna, preferem ater-se a medidas indiretas, tais como o consumo de bens de luxo ou estimativas de expectativa de vida. Não obstante, tentativas posteriores de comparar os rendimentos *per capita* nas duas regiões indicam diferenças mais ou menos significativas.

Broadberry e Gupta (2005), por exemplo, afirmam que o Yang-Tsé e o sul da Índia, de fato, apresentavam elevados níveis de salários no período pré-industrial (1500-1800), conforme argumentado por Pomeranz (2000). Porém, notam que tal resultado só se mantém no caso de os salários serem medidos pelo seu poder de compra, em termos da quantidade de grãos (ou calorias). Em outras palavras, trabalhadores indianos e chineses apresentariam uma capacidade média de adquirir arroz semelhante à de um trabalhador inglês adquirir trigo. Para os autores, isso seria evidência não de semelhanças no padrão de vida nas

⁴⁴ Goldstone (GOLDSTONE, Jack, *Capitalist Origins*”, op. cit., p. 121) atribui essa crítica a um raciocínio “linear” de Bryant, em que as mudanças devem sempre ser contínuas e, mais ainda, mudanças de monta dependem de mudanças anteriores. Em sua réplica, Bryant (BRYANT, Joseph M., “A New Sociology for a New History?”, op. cit., p. 160) reafirma sua posição, enfatizando a existência de “concatenação” na História, segundo a qual “todo o passado molda ou condiciona o presente que surge, e toda contingência exógena cruza com processos causais endógenos e arranjos estruturais existentes”. Esta última visão da “dinâmica” dos processos históricos parece mais plausível que aquela sugerida por Goldstone.

duas regiões, mas sim do fato de tanto a Índia como a China serem “naturalmente” capazes de produzir grande quantidade de arroz, por razões climáticas, ecológicas.

Para eles, caso os salários sejam calculados em termos de seu equivalente em prata (a fim de facilitar comparações entre moedas diferentes), os rendimentos na Ásia mostrar-se-iam muito inferiores aos europeus, indicando ser aquela região caracterizada por baixo desenvolvimento econômico. Soma-se isso ao também baixo grau de urbanização, comparativamente à Europa ocidental, e Broadberry e Gupta (2005) concluem que aquelas economias assemelhavam-se mais à Europa Oriental pobre (Polônia, por exemplo) do que às economias dinâmicas no noroeste europeu, como Inglaterra e Holanda. Para eles, os elevados salários em termos de prata, no noroeste da Europa, por seu turno, refletiriam elevada produtividade do setor de bens comercializáveis, sendo forte indicador de que a Grande Divergência se iniciara muito antes de 1800.

Valendo-se de uma base de dados distinta – e tendo em mente a natureza preponderantemente rural das sociedades pré-industriais – Allen (2004) procura comparar estimativas de rendimentos rurais nas duas regiões. Após concluir que, por volta de 1800, a produtividade do trabalho na agricultura do Yang-Tsé era apenas 10% inferior à inglesa (à época, a mais produtiva do mundo), Allen tenta estimar a *renda* no setor, inclusive aquela auferida pelas mulheres no setor têxtil protoindustrial. Novamente, conclui que elas eram apenas ligeiramente mais baixas na China, o que confirmaria o revisionismo de Pomeranz (2000)⁴⁵.

Allen (2004) chama atenção, ainda, para o fato de a elevada produtividade agrícola⁴⁶ observada há séculos no Yang-Tsé ser resultante do uso intensivo de fertilizantes. Crucialmente, porém, isso não impediria que aquela economia já esbarrasse em limites físicos, dados pelo grande número de trabalhadores/hectare, reforçado pelo sistema de herança de terras que não privilegiava os primogênitos, como na Inglaterra. Como

⁴⁵ O autor ressalta, porém, que o fato de a produtividade agrícola no Yang-Tsé ter permanecido estagnada entre 1600 e 1800 – ao passo que a da Inglaterra cresceu e continuaria a aumentar – permitiria concluir que a Grande Divergência se iniciara bem antes da Revolução Industrial.

⁴⁶ Isto é, o seu *nível*, e não taxa de crescimento (que, no período, foi quase nula).

resultado, o tamanho médio das propriedades rurais chinesas reduzia-se rapidamente (ao mesmo tempo em que aumentava na Inglaterra, pela consolidação fundiária) e o número médio de dias trabalhados na terra era de apenas 184/ano, contra 275 na Inglaterra⁴⁷. O crescimento populacional adicional verificado durante a alta dinastia Qing, no século XVIII, tinha como corolário o parcelamento adicional das propriedades e a queda da renda familiar. A China estaria, assim, longe do quadro de dinamismo postulado pelos revisionistas e, comparada com a Inglaterra (e, provavelmente, a Holanda), há poucas bases para se sustentar a hipótese de “incríveis semelhanças”.

2.2 (Apenas) Uma Questão de Sorte?

Conforme se viu, um dos pilares do revisionismo – ao menos nas versões de Wong (1997) e Pomeranz (2000) – é a postulação da importância da exploração colonial e do carvão mineral na explicação da origem (tardia) da Grande Divergência. Estes dois pontos são discutidos a seguir.

a. Colônias e Comércio Exterior

Uma das questões mais controversas – e ideologicamente carregadas – do debate histórico refere-se ao papel desempenhado pelas colônias (ou pelo comércio exterior, de forma geral) na ascensão do Ocidente, na Revolução Industrial, enfim, na “riqueza e pobreza das nações”.

⁴⁷ Huang (HUANG, Philip C., “Development or Involution in Eighteenth-Century Britain and China? A Review of Kenneth Pomeranz’s ‘The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy’”. *Journal of Asian Studies*, vol. 61, n. 2, May 2002) faz argumento semelhante, porém denominando o crescimento econômico experimentado pelo delta do Yang-Tsé como “involucionário”. Em outras palavras, o aumento da renda total e por hectare dar-se-ia ao custo de enorme intensificação no uso de mão de obra por unidade de área, acompanhado de queda da quantidade de capital por trabalhador e do rendimento por dia de trabalho. Reagindo a esta crítica, Pomeranz (POMERANZ, Kenneth, “Beyond the East-West Binary”, op. cit., pp. 555-64) argumenta que o aumento da intensidade do trabalho não pode ser tomado como antitético ao crescimento econômico (como quer Huang), citando como exemplos a própria Revolução Industrial europeia, do início da Era Moderna, e o caso japonês, um país que se industrializou utilizando intensivamente seu fator de produção relativamente abundante – a mão de obra, e não capital.

De forma muito simplificada, pode-se afirmar que a visão da “esquerda”, quanto ao papel do colonialismo e do comércio exterior na História moderna (pós-1500), foi o da crescente exploração, por parte da Europa ocidental, de “periferias” nas demais regiões do mundo. Tal exploração, por sua vez, envolveu uma miríade de formas (companhias de comércio, monopólios, saque puro e simples) e produtos (tráfico de escravos, metais preciosos, manufaturados, *commodities* tropicais, etc.) e teria sido fundamental para a acumulação de capital e ulterior Grande Divergência do Ocidente⁴⁸. Já os historiadores mais à “direita” tendem a diminuir o papel das colônias, dos impérios e do comércio exterior em geral (inclusive, polemicamente, do tráfico de escravos) no sucesso do Ocidente, preferindo explicar este último por atributos internos às sociedades da Europa (sistemas de governo, cultura científica, arcabouço legal, comércio intraeuropeu, etc.).

O revisionismo californiano inscreve-se, portanto, naquilo que se pode chamar de visão “de esquerda” do tema. São muitas as críticas feitas a esta abordagem. Em primeiro lugar, conforme salienta Vries (2001a), até cerca de 1820 a Europa, e não as “colônias”, era o principal

⁴⁸ Uma pequena amostra das visões críticas do colonialismo europeu inclui HOBBS-BAWM, Eric J., “The General Crisis of the European Economy in the Seventeenth Century”. *Past and Present*, 1954, WILLIAMS, Eric, *Capitalism and Slavery*. Londres: Andrew Deutsch, 1964, BLACKBURN, Robin, *The Making of New World Slavery: from the baroque to the modern, 1492-1800*. Londres e Nova York: Verso, 1997 e INIKORI, Joseph E., *Africans and the Industrial Revolution in England: a study in international trade and economic development*. Cambridge: Cambridge Economic Press, 2002). Já para autores como Bairochi (BAIROCH, Paul, *Economics and World History: myths and paradoxes*. Chicago: University of Chicago Press, 1993), Engerman (ENGERMAN, Stanley, “Mercantilism and World Trade, 1700-1800”, in R. Floud D. McCloskey (eds.), *The Economic History of Britain since 1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2ª ed., 1994), O’Brien e Prados de la Escosura (O’BRIEN, Patrick & LA ESCOSURA, Leandro Prados de, “The Costs and Benefits for Europeans from their Empires Overseas”. *Revista de Historia Económica – Journal of Iberian and Latin American Economic History*, Año 16, n. 1, 1998) e Eltis e Engerman (ELTIS, David & ENGERMAN, Stanley, “The Importance of Slavery and the Slave Trade to Industrializing Britain”. *Journal of Economic History*, vol. 60, n. 1, March 2000), o comércio exterior e o tráfico de escravos tiveram pequeno impacto sobre o crescimento econômico do Ocidente, ou a Revolução Industrial. Uma visão intermediária pode ser vista em Findlay e O’Rourke (FINDLAY, Ronald & O’ROURKE, Kevin H., *Power and Plenty*, op. cit).

mercado para as exportações britânicas de panos de algodão. Adicionalmente, o autor ressalta que o algodão americano – até que se prove o contrário – era comprado a preços de mercado e, portanto, não haveria por que tentar identificar algum tipo de “exploração” na relação da Inglaterra com o Novo Mundo. Por fim, outras regiões do mundo (Índia, sobretudo), nos séculos XVIII e XIX também produziam enormes quantidades de fibra de algodão, podendo, em princípio, substituir a matéria-prima americana no mercado britânico (p. 431).

Com relação ao papel do Novo Mundo enquanto destino das exportações britânicas de manufaturados, Vries (2001a) lembra que os Estados Unidos, na qualidade de país soberano, compravam panos ingleses porque queriam, não sendo obrigados a fazê-lo. Já nas Índias Ocidentais, a pequena população não permite que se diga tratar-se de mercado “perversamente grande” (na expressão de Pomeranz) para as indústrias britânicas.

Finalmente, em relação às estimativas de Pomeranz (2000) quanto à *ghost acreage* (isto é, a quantidade de terra “poupada” pela importação de matérias-primas americanas), Vries (2001a) nota que o açúcar importado não representava mais que 4% do consumo calórico britânico; sua eliminação, portanto, não teria consequências econômicas significativas⁴⁹. Para o autor, o relaxamento da restrição alimentar da Grã-Bretanha foi permitido não pelas importações do Novo Mundo, mas sim pela Irlanda, pelo leste europeu e, apenas após meados do século XIX, pela Rússia e pelos EUA.

Ainda no tocante à questão de *ghost acreage*, Wrigley (2006) questiona o exercício levado a cabo por Pomeranz (2000), sugerindo que o autor superestimou em muito a quantidade de área agricultável “poupada” na Grã-Bretanha como resultado das importações de açúcar e algodão. Em um plano mais analítico, retira força do poder explicativo do conceito de *ghost acreage* para explicar o crescimento do Ocidente,

⁴⁹ O algodão – principal item das importações americanas da Grã-Bretanha – conforme já dito, poderia ser suprido pela Índia, não o sendo pelo simples fato de ser mais barato importá-lo dos EUA. Para Vries (VRIES, Peer, “Are Coal and Colonies Really Crucial? Kenneth Pomeranz and the Great Divergence”. *Journal of World History*, vol. 12, Issue 2, Fall 2001:430-32), o maior custo associado a uma fonte alternativa daquela fibra poderia ser compensado pela maior produtividade da indústria britânica ao processá-la.

lembrando os contraexemplos da Espanha e Portugal, com acesso a enormes quantidades de terra nas Américas, mas sem jamais se industrializar. Por fim – e não menos importante – vira o argumento de Pomeranz “de cabeça para baixo”, insistindo que a “importação de terras” do Novo Mundo foi *consequência*, e não causa, do sucesso britânico, um “tributo ao dinamismo da economia inglesa” (p. 471)⁵⁰.

A estes argumentos, Bryant (2006:433) acrescenta a importante ressalva de que as colônias não foram, simplesmente, um “recurso caído do céu” (*resource windfall*), mas sim “tomadas e efetivamente exploradas com base em capacidade naval sofisticada, coordenação político-administrativa, um forte sentido de superioridade militar, por economias tecnologicamente dinâmicas que puderam sustentar e aprofundar estas aventuras imperiais”.

b. Carvão

O papel eventualmente exercido pelo carvão na Grande Divergência não é menos polêmico do que o das colônias. Afinal, trata-se de um recurso natural, um dado geológico/geográfico, que imediatamente suscita o espectro do determinismo na análise histórica. Conforme visto anteriormente, o papel do carvão na Revolução Industrial recebeu renovado *status* a partir do trabalho de Wrigley (1988), enfatizando a sua importância para livrar as sociedades pré-industriais dos limites inerentes à economia orgânica.

Neste sentido, as críticas dirigidas à ênfase dada por autores como Wong (1997) e Pomeranz (2000) à “sorte” britânica em contar com depósitos de carvão facilmente acessíveis não busca retirar a importância fundamental daquele minério para a história da Revolução Industrial, e sim colocá-la no devido contexto institucional e tecnológico. Nesta linha, Vries (2001a), Mokyr (2002b) e Bryant (2006) destacam que o carvão (tal como as colônias), simplesmente, não “está lá”. Ele precisa ser descoberto, retirado, transportado e utilizado no processo produtivo (transformado em coque ou vapor, por exemplo) antes de se tornar um ativo econômico. A China, é sabido, é detentora de enormes jazidas do minério, mas nem por isso soube explorá-las. A expressão “a necessidade

⁵⁰ No mesmo espírito, ver Vries (VRIES, Peer, *Via Peking Back to Manchester*. Leiden: CNWS Publications, 2003:18.

é a Mãe da invenção” não se aplica à história da tecnologia, como bem lembra Mokyr (2002a).

Vistos os principais pontos do debate em torno do *timing* da Grande Divergência e de seus determinantes imediatos, a próxima seção resume uma contribuição importante da literatura sobre a Revolução Industrial britânica, e que lança luz sobre muitas das questões discutidas até aqui.

3. A “síntese” de Robert Allen: comércio exterior, carvão e a Revolução Industrial

Um dos mais renomados estudiosos da Revolução Industrial (e Agrícola) sintetizou anos de pesquisa sobre o tema em livro lançado em 2009⁵¹. Nele, procura responder à pergunta que, há muito, motiva cientistas sociais e que tem profundas implicações para o debate sobre a ascensão do Ocidente: por que a Revolução Industrial ocorreu na Grã-Bretanha?

A estratégia adotada por Allen (2009) para responder a esta pergunta desafiadora desdobra-se nas duas partes que compõem o seu livro. Na primeira, analisa a economia inglesa no início da Era Moderna (1500–1750), para, em seguida, aprofundar-se no período em que transcorreu a Revolução Industrial.

Na primeira parte do livro, Allen reúne os elementos da história da Inglaterra pré-industrial que ajudaram a transformá-la, de uma economia periférica no contexto europeu e global, em uma sociedade singularmente caracterizada por níveis elevados de salário (e energia barata). Seu ponto de partida é a Peste Negra, em meados do século XIV, cuja devastação na Inglaterra se refletiu na redução da população estimada, de um pico de 4–7 milhões em 1300 para até 2 milhões em 1350.

Dentre as consequências econômicas da peste, houve a conversão de vastas áreas até então dedicadas à produção de grãos, para a criação de ovelhas. A melhor alimentação dos animais (dada a maior oferta de pastagens) teria provocado um aumento no seu porte e, também, no ta-

⁵¹ ALLEN, Robert C., *The British Industrial Revolution in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

manho das fibras de lã. O *long staple* das “novas” ovelhas inglesas mostrou-se mais apropriado à produção de panos leves (fustões), típicos das chamadas novas fazendas (*new draperies*) de então. Estes foram os panos comercializados pela Inglaterra (e Holanda) a partir do início da Era Moderna, como imitações dos similares italianos, levando à expulsão destes últimos do mercado Mediterrâneo. Conforme descrito por Rapp (1975), consolidou-se, com isso, a mudança do centro do comércio europeu, do Sul para o Noroeste do continente, iniciada com a atuação dos comerciantes hanseáticos nos mares Báltico e do Norte.

Para Allen (2009), aí se encontra o início da preeminência comercial inglesa, reforçada ao longo do século XVII, com a montagem de um verdadeiro “complexo fiscal-militar”, base das inúmeras guerras travadas contra a Holanda e a França, na Era do Mercantismo⁵². A crescente exportação de panos de lã a partir de Londres, por seu turno, contribuiu para o seu acelerado crescimento populacional⁵³. A maior divisão de trabalho e especialização que acompanharam este “crescimento liderado pelas exportações”, por sua vez, ajudou a conformar uma economia de altos salários na Inglaterra georgiana⁵⁴. E foi esta característica – juntamente com a oferta de uma fonte de energia barata (o carvão mineral) – que, segundo Allen (2009), serviu de *incentivo* para o conjunto de invenções poupadoras de mão de obra típicas da Revolução Industrial.

Para Allen (2009), os salários na Inglaterra do século XVIII eram elevados em quatro sentidos:

⁵² Para detalhes, ver BREWER, John, *The Sinews of Power: war, money and the English state, 1688-1783*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988 e FINDLAY, Ronald & O'ROURKE, Kevin H., *Power and Plenty*, op. cit.

⁵³ De uma população estimada em cerca de 50.000 habitantes em 1500 (contra 75-100.000 antes da Peste Negra), Londres já abrigava 200.000 pessoas em 1600, mais de 500.000 em 1700 e quase 1 milhão em 1800. Ver Allen (ALLEN, Robert C., *The British Industrial Revolution in Global Perspective*, op. cit., p. 129).

⁵⁴ Este ponto também foi feito por Broadberry e Gupta (BROADBERRY, Stephen & GUPTA, Bishnupriya, “Monetary and Real Aspects of the Great Divergence between Europe and Asia, 1500-1800”. *Working Paper on the Global Economic History Network* (GÉHN), 2007), que relacionam a maior produtividade observada na Europa pré-industrial a efeitos de aglomeração associados à urbanização.

- I. (À taxa de câmbio corrente) eram mais altos que no restante do mundo;
- II. Os salários ingleses eram altos em relação ao preço dos bens de consumo, conferindo aos trabalhadores daquele país um elevado padrão de vida;
- III. Os salários eram mais elevados em relação ao custo do capital; e
- IV. Idem em relação ao preço da energia.

Foram três as principais consequências desta “economia de altos salários”:

1. um nível mais elevado de consumo de alimentos nobres (pão branco, carne, laticínios, cerveja), daí resultando melhor saúde, vida mais longa e uma força de trabalho mais produtiva;
2. uma “revolução de consumo”, representada pelo aumento da demanda tanto de artigos de luxo como de novidades, aí incluídas matérias-primas tropicais (chá, café, açúcar, cacau), manufaturados da Ásia (chitas indianas, panos de seda e porcelana chinesas) e britânicos (roupas, livros, móveis, utensílios, panelas, relógios)⁵⁵; e
3. melhoria do estoque de capital humano, sob a forma de elevação dos níveis de alfabetização e capacidade de lidar com números (*numeracy*)⁵⁶.

Outro corolário da expansão comercial e maior urbanização a ela associada foi o aumento da demanda por carvão, a fim de aquecer as residências e, no caso de Londres, atender os requisitos de indústrias intensivas em energia, a exemplo de cerveja, tijolos, vidro, cal, corantes, tradicionais consumidoras de carvão mineral. A extensão do *boom*, originalmente centrado no Mediterrâneo, para o comércio com a Ásia e as Américas impulsionou a urbanização em outras regiões do país. O aumento da demanda por carvão daí resultante foi, inicialmente, aten-

⁵⁵ Nota-se aqui uma das manifestações da Revolução Industrial enfatizada pelos *early modernists*.

⁵⁶ Tal fenômeno foi impulsionado pela queda do preço dos livros e pela elevação salarial que possibilitavam pagar por educação (inclusive sob a forma de aprendiz). A expansão comercial também estimulava o domínio da escrita e de números, dada a necessidade de escriturações, balanços, contratos, etc.

dido pela produção de carvão vegetal. Com o maior consumo e encarecimento desta fonte, porém, tornou-se interessante substituí-la pelo carvão de origem mineral, segundo o autor. Em suma, para Allen (2009:84), “o fator decisivo por trás do crescimento do setor de carvão (mineral) foi o sucesso da Grã-Bretanha na economia internacional”⁵⁷.

A importância do carvão mineral para a Revolução Industrial não pode ser exagerada. Seguindo o argumento de Wrigley (1988, 2004), seria impossível promover a mudança do tipo de crescimento econômico da economia pré-industrial para a industrial sem alterar fundamentalmente a matriz energética, no sentido de se empregar o carvão mineral. Além de prover uma fonte quase inesgotável de energia barata, o carvão mostrou-se essencial à industrialização britânica devido a dois de seus principais desdobramentos tecnológicos, o motor a vapor e as ferrovias. Sem o carvão mineral (coque) também não teria havido o aumento exponencial da produção de ferro, essencial para o desenvolvimento do setor de máquinas (engenharia) que, em última instância, disseminou a mecanização a partir do setor têxtil.

O derradeiro – e mais importante – personagem da visão *alleniana* da Revolução Industrial britânica é o progresso técnico, que serve de base para a segunda parte de seu livro. Afinal, é a inovação tecnológica que sustenta o crescimento econômico moderno, schumpeteriano, e, por isso, figura no centro da teoria moderna de desenvolvimento econômico. O argumento do autor é tão simples quanto poderoso. Fundamentalmente, Allen (2009) diz que, tendo-se tornado ao longo dos séculos XVII e XVIII um país com mão de obra cara e energia barata (pelas razões resumidas anteriormente), a Grã-Bretanha passou a demandar tecnologias poupadoras de trabalho e intensivas em energia. Ao mesmo tempo, os salários altos e maiores níveis educacionais permitiram aumentar a oferta de tecnologia.

As três grandes invenções da Revolução Industrial – o motor a vapor, a fiação mecânica e a fundição a coque – parecem confirmar o lado da

⁵⁷ E não resta dúvida de que a produção de carvão mineral na Grã-Bretanha evoluiu de forma espetacular: cresceu 66 vezes entre 1560 e 1800, quando atingiu 15 milhões de toneladas, ou seja, *antes*, mesmo, da Revolução Industrial a Grã-Bretanha já respondia pela esmagadora maioria da produção e do consumo mundial daquele minério.

demanda (por inovações tecnológicas) do “modelo” de Allen (2009). De fato, o motor a vapor só foi desenvolvido e aperfeiçoado na Inglaterra (Newcomen, Watt) porque era lá que existia a demanda por bombas, nas minas de carvão. No setor têxtil, a história se repete. As três grandes invenções do setor (*spinning jenny*, *water frame* e *mule*) aumentaram exponencialmente a capacidade de produção de um trabalhador inglês, tornando-o, inclusive, mais competitivo que uma fiandeira manual indiana⁵⁸, cujo salário era próximo da subsistência⁵⁹. Economizaram, portanto, no uso do fator de produção relativamente mais caro, o trabalho⁶⁰. Por fim, o desenvolvimento da fundição de ferro à base de coque mineral também só fazia sentido na Inglaterra (e não na Holanda, na França, na China ou em qualquer outro lugar) porque era lá que se encontrava carvão mineral barato⁶¹.

Agora, por que razões a Inglaterra contou com a capacidade de atender a esta maior demanda por invenções poupadoras de mão de obra e intensivas em capital e energia? O aumento da oferta de invenções (ou inventores) no século XVIII não foi, é claro, fenômeno exclusivamente inglês, e sim europeu⁶². Porém, o fato é que foi a Inglaterra – e não outro país europeu, ou não – que logrou aproveitar economicamente a crescente oferta de inventos que surgiam à época. Uma explicação influente para tal fato, associada a Mokyr (2001, 2002a e 2002b) enfatiza fatores de ordem cultural, relacionados à Revolução

⁵⁸ Para se ter uma ideia do impacto da mecanização da fiação de algodão, uma artesã manual levaria 50.000 horas para fiar 100 libras de algodão na Índia, tarefa que era feita em apenas 135h com uma *mule* automática, nos anos 1820. MOKYR, Joel, “Editor’s Introduction”, in idem, *The British Industrial Revolution: an economic perspective*. Boulder, CO: Westview Press, 2ª ed., 1999a:51.

⁵⁹ Adicionalmente, a necessidade de organizar espacialmente as máquinas, coordenar os fluxos de material e a geração e distribuição de energia exigiram uma nova forma de organização da produção – a fábrica.

⁶⁰ O custo da mão de obra necessária à produção de fio de algodão na Inglaterra passou de 17d/lb (ou 50% do total) em 1760 (ainda com o fio sendo produzido manualmente), para 0,5d/lb em 1836 (em uma fábrica utilizando *mules*), quando não representava mais que 3% do custo de produção.

⁶¹ Este, como visto, tornou-se barato, a partir da resposta dada ao crescimento da demanda urbana por carvão, ainda no período pré-industrial.

⁶² Ver MOKYR, Joel, *The Gifts of Athena: historical origins of the knowledge economy*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2002.

Científica europeia. Mokyr cunhou, para tanto, a expressão “Iluminismo Industrial”, para designar “aquela parte do Iluminismo que acreditava que o progresso material e econômico poderia ser alcançado através do crescente conhecimento humano dos fenômenos naturais, tornando este conhecimento acessível àqueles que pudessem fazer uso dele na produção”⁶³.

Allen (2009, cap. 10) reconhece o papel desempenhado pela experimentação (a abordagem baconiana do método científico) no caso britânico. Porém, de maneira geral, encontra evidência apenas tênue do poder explicativo do modelo do Iluminismo Industrial de Mokyr. Para ele, a principal razão para o aumento da oferta de inventores na Grã-Bretanha do século XVIII foi o elevado nível de desenvolvimento socioeconômico alcançado pelo país, tal como expresso no crescimento do setor não agrícola e a elevação das taxas de alfabetização, domínio de números e habilidades em geral⁶⁴. Pesquisando as informações disponíveis acerca de 79 indivíduos responsáveis pelas mais importantes invenções da Revolução Industrial, Allen conclui que eles provieram, desproporcionalmente, de dois grupos sociais: “comerciantes, advogados e capitalistas”, seguidos de “donos de lojas, proto-industrialistas e artesãos”. Eram, é claro, os grupos econômicos “burgueses”, associados a uma economia que se modernizava.

Em suma, Allen (2009:273) diz que a Revolução Industrial foi britânica porque as “grandes invenções” que a caracterizaram foram repostas ao ambiente econômico único daquele país no século XVIII, marcado por salários elevados e energia barata. Ao desenvolver, minuciosamente, seu argumento, acaba por lançar luz sobre diversas questões suscitadas pelo revisionismo da Escola da Califórnia (ainda que não fosse esse o objetivo declarado de seu trabalho). Primeiramente, quanto ao *timing* da Grande Divergência, Allen o localizaria em torno de 1500, muito antes, portanto, da Revolução Industrial. Os avanços na produtividade agrícola na Inglaterra, bem como o início da conformação – pela

⁶³ Citado em ALLEN, Robert C., *The British Industrial Revolution*, op. cit., p. 239.

⁶⁴ Entre 1500 e 1800 a fração da população trabalhando fora da agricultura aumentou de 25% para 65% na Inglaterra, o que, segundo Allen (2009), por si só, faria crescer a “propensão média a inventar”.

via do comércio internacional – de uma economia de salários relativamente elevados já seriam testemunhos de que a Grã-Bretanha começara a divergir da maior parte do mundo (à exceção, possivelmente, da Holanda) no início da Era Moderna⁶⁵.

Já quanto ao papel desempenhado pelo carvão, Allen (2009) chega a afirmar que, comparativamente à França, os britânicos tiveram mais sorte do ponto de vista geológico⁶⁶. Porém, ao longo do livro se encarrega de demonstrar que a mera presença de carvão não bastava. O crescimento do setor dependeu fundamentalmente, como visto, do crescimento da economia internacional (e, por extensão, das cidades na Grã-Bretanha) e do desenvolvimento de tecnologia para o seu aproveitamento (motores a vapor e fundição de ferro à base de coque). Sendo assim, conclui, acertadamente, que o carvão era “uma construção social, além de fato natural” (p. 90).

Por fim, qual teria sido o papel da exploração do Novo Mundo na Grande Divergência? Aqui, Allen evita entrar na controvérsia acerca da importância dos lucros comerciais no financiamento da Revolução Industrial, ou das colônias, enquanto consumidoras de manufaturados metropolitanos. Prefere, em vez disso, enfatizar o papel indireto e de longo prazo do comércio internacional – inicialmente mediterrâneo e, em um segundo momento, com a Ásia e as Américas – na conformação de uma economia de salários elevados na Grã-Bretanha. Este último

⁶⁵ Para a natureza, aparentemente “moderna” da economia holandesa de então, ver DE VRIES, Jan & WOUDE, Ad van der, *The First Modern Economy: success, failure, and perseverance of the Dutch economy, 1500–1815*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997). Para uma crítica, GOLDSTONE, Jack, *Why Europe? The Rise of the West in World History, 1500–1800*. Nova York: McGraw Hill, 2009.

⁶⁶ Outro elemento do acaso que teria sido fundamental para o desenvolvimento tecnológico na Inglaterra foi a existência, no sul da região de Lancashire, de um número elevado de relojoeiros. Estes técnicos eram indispensáveis para a fabricação de mecanismos de precisão e a posterior montagem dos filatórios contínuos (*water frames*), de Arkwright. Para Allen (ALLEN, Robert C., *The British Industrial Revolution in Global Perspective*, op. cit., pp. 205–6), uma das razões pelas quais a mecanização da fição de algodão ocorreu em Lancashire e não na Holanda (também uma economia de elevados salários) foi a oferta, naquela região, de grande quantidade de componentes mecânicos baratos (inicialmente, feitos de latão e, em seguida, de ferro), de máquinas para produzi-los e técnicos para montá-los. Não se sabe, ao certo, o porquê desta oferta atípica de relojoeiros na região.

fato, como se viu, distinguiu a Inglaterra do “resto” e serviu de incentivo ao conjunto de invenções por trás da Revolução Industrial.

Considerações finais

Um dos méritos inegáveis da abordagem histórica conhecida como História Global é chamar atenção para as redes que unem, com maior ou menor intensidade, as diferentes partes da humanidade. Com isso, reduz-se o apelo de narrativas históricas paroquiais de fenômenos que, frequentemente, envolvem teias de relações (e causalidades) entre diversas regiões do mundo. Esse é, sem dúvida, o caso do debate em torno da ascensão do Ocidente e o início da Grande Divergência. Ao privilegiarem uma abordagem comparativa do fenômeno do desenvolvimento econômico de regiões distintas da Eurásia pré-industrial, os *global historians* se habilitam a questionar certas descrições caricaturais da trajetória socioeconômica do Oriente encontradas na literatura.

Neste sentido – e à medida que os historiadores do Ocidente se familiarizem mais com a história econômica e social do Oriente – torna-se mais difícil insistir em narrativas que enfoquem a experiência histórica europeia isoladamente, sem atentar para o envolvimento (no início, diga-se, em um papel coadjuvante) daquele continente em redes globais que, até 1500, (ou 1800 – e é aí que reside grande parte da controvérsia) estavam centradas na África e na Ásia. A ideia de um “Ocidente orientalizado”, para ficar na expressão de Hobson (2004), parece sintetizar mais fielmente o fato de que, durante a maior parte da Era Cristã, o Ocidente foi um importador de tecnologias, instituições e ideias provenientes de um Oriente muito mais vibrante do ponto de vista econômico e cultural.

Contudo, daí aos autores revisionistas postularem “incríveis semelhanças” entre a economia e a sociedade do Oriente e do Ocidente *às vésperas* da Revolução Industrial (isto é, por volta de 1800) há enorme distância. Em primeiro lugar, as evidências, em termos de indicadores de salários reais na Europa e Oriente, não parecem sustentar esta visão⁶⁷.

⁶⁷ Cabe ressaltar que, mesmo que antes da Revolução Industrial a Inglaterra e a China apresentassem nível de desenvolvimento semelhante (como alegam os revisionistas),

Além disso – e em linha com a crítica de Bryant (2006 e 2008) – a hipótese de as duas regiões apresentarem padrão de vida e dinâmica de desenvolvimento semelhantes, antes de 1800, para, só então, passarem a divergir é contraintuitiva, quando não, ilógica.

Seria a Grande Divergência, uma questão de “sorte”, ao menos? Em certa medida, sim: a Grã-Bretanha teve a sorte de possuir depósitos de carvão acessíveis. Contudo, de nada adiantaria ter estes depósitos se eles não fossem demandados para aquecer uma Londres em franco crescimento, em função da expansão das atividades comerciais.

Ampliando-se a relação de fatores contingentes, para incluir, além do carvão, ovelhas “certas” e relojoeiros, chegar-se-ia mais próximo das razões pelas quais a Inglaterra abriu o caminho do crescimento econômico moderno? Certamente, não. Não se pode esquecer que a Revolução Industrial – início da transição da Humanidade do crescimento smithiano para o schumpeteriano – somente foi possível a partir de uma série de macroinvenções e das inúmeras microinvenções que se lhes seguiram. Conforme destacado por Allen (2009), as invenções consagradas nos setores têxtil, metalúrgico e de máquinas a vapor surgiram onde (Grã-Bretanha) e quando (século XVIII) surgiram exclusivamente devido à conjunção de incentivos econômicos – leia-se preços relativos – muito específicos, que suscitaram uma demanda pela invenção de máquinas que substituíssem mão de obra cara por capital e energia relativamente baratos. Ao mesmo tempo, uma economia de altos salários e burguesia emergente garantiu a oferta de número expressivo de inventores e as invenções que estiveram no centro da Revolução Industrial.

Em suma, um enredo histórico que envolve uma combinação de carvão e Novo Mundo, mas também ovelhas “certas”, relojoeiros, empirismo baconiano e salários elevados vai muito além da mera “sorte”, como quer o revisionismo da Escola da Califórnia. O “modelo” de Allen (2009) – e a evidência histórica – sugerem fortemente que a Grande Divergência e a ascensão do Ocidente começaram *antes* da Revolução Industrial e que a Grã-Bretanha contou com muito mais do que “sorte” para dar início a este processo.

isso não significa que ambas tivessem a mesma probabilidade de se industrializar. Para este ponto sutil, porém crucial, ver VRIES, Peer, *Via Peking Back to Manchester*, op. cit., p. 22.

Concluindo, tudo indica que a controvérsia em torno da Grande Divergência e a ascensão do Ocidente, sua datação e fatores determinantes continuarão a motivar novas pesquisas, crescentemente pautadas pela indispensável abordagem comparativa, cara à História Global. Conforme se procurou argumentar na presente resenha, o estado atual do debate indica que as bases empíricas e metodológicas do revisionismo californiano são vulneráveis. Na prática, mostram-se incapazes de impor reformulação mais profunda em uma narrativa histórica, construída há mais de 150 anos, desde, pelo menos, Marx, e passando por contribuições seminais de autores tão diversos como Weber, Braudel, Polanyi, Barrington Moore, entre outros, todos eles destacando, cada um a seu modo, elementos da excepcionalidade europeia que a levaram a dominar o mundo do ponto de vista econômico, militar e cultural. Tal constatação não deve autorizar, é claro, a volta de versões triunfalistas da experiência histórica da Europa, sendo quase obrigatório para o debate, daqui em diante, o confronto da trajetória do Ocidente com desenvolvimentos contemporâneos nas grandes civilizações orientais.

Seja como for, não deixa de ser irônico que a interpretação de Allen (2009) para as origens da Revolução Industrial britânica termine, de certa forma, não apenas por reforçar o *mainstream* eurocêntrico, como vai além, ao propor uma variante que, na falta de termo melhor, se pode designar “britânico-cêntrica”, ao concluir que “[...] só havia um caminho para o século XX – e ele passava pelo norte da Grã-Bretanha”⁶⁸.

Diante de afirmativa tão controversa, os revisionistas – e não só eles – não ficarão calados. Aguardam-se novos *rounds* deste importante debate para as ciências sociais.

Referências bibliográficas

- ABU-LUGHOD, Janet, *Before European Hegemony: the world system, A.D. 1250-1350*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 1989.
- ALLEN, Robert C., “Progress and Poverty in Early Modern Europe”. *Economic History Review*, vol. LVI, n. 3, August 2003:403-443.

⁶⁸ ALLEN, Robert C., *The British Industrial Revolution*, op. cit., p. 275.

- ALLEN, Robert C., “Agricultural Productivity and Rural Incomes in England and the Yangtse Delta, c. 1620-c. 1820”. *Mimeo*, Department of Economics, Oxford: Oxford University, 2004.
- _____, *The British Revolution in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- BAIROCH, Paul, *Economics and World History: myths and paradoxes*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- BERG, Maxine & HUDSON, Pat, “Rehabilitating the Industrial Revolution”. *Economic History Review*, vol. XLV, n. 1, February 1992:24-50.
- _____, “Growth and Change: a comment on the Crafts-Harley view of the Industrial Revolution”. *Economic History Review*, vol. XLVII, n. 1, February 1994:147-149.
- BLACKBURN, Robin, *The Making of New World Slavery: from the baroque to the modern, 1492-1800*. Londres e Nova York: Verso, 1997.
- BRENNER, Robert & ISETT, Christopher, “England’s Divergence from China’s Yangtze Delta: property relations, microeconomics, and patterns of development”. *Journal of Asian Studies*, vol. 61, n. 2, May 2002:609-662.
- BREWER, John, *The Sinews of Power: war, money and the English state, 1688-1783*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988.
- BROADBERRY, Stephen & GUPTA, Bishnupriya, “The Early Modern Great Divergence: wages, prices and economic development in Europe and Asia, 1500-1800”. *Mimeo*, Department of Economics, Warwick University, 2005.
- _____, “Monetary and Real Aspects of the Great Divergence between Europe and Asia, 1500-1800”. *Working Paper on the Global Economic History Network (GEHN)*, 2007.
- BRYANT, Joseph M., “The West and the Rest Revisited: debating capitalist origins, European colonialism, and the advent of modernity”. *Canadian Journal of Sociology*, vol. 31, n. 4, Fall 2006:403-444.
- _____, “A New Sociology for a New History? Further Critical Thoughts on the Eurasian Similarity and the Great Divergence Theses”. *Canadian Journal of Sociology*, vol. 33, n. 1, Winter 2008:149-167.
- BUCK, David D., “Was it Luck or Pluck that Made the West Grow Rich?” *Journal of World History*, vol. 10, Issue 2, Fall 1999:413-430.
- CRAFTS, Nick F.R., “English Economic Growth in the Eighteenth Century: a Re-examination of Deane and Cole’s Estimates”. *Economic History Review*, vol. 29, n. 2, May 1976:226-235.
- _____, “British Economic Growth, 1700-1831: a Review of the Evidence”. *Economic History Review*, vol. 36, n. 2, May 1983:177-199.
- _____ & HARLEY, Knick, “Output Growth and the Industrial Revolution: a Restatement of the Crafts-Harley View”. *Economic History Review*, vol. 45, n. 4, November 1992:703-730.

- CUENCA ESTEBÁN, Javier, "British Textile Prices, 1770-1831: are British growth rates worth revisiting once again?" *Economic History Review*, vol. 47, n. 3, August 1994:66-105.
- DEVRIES, Jan, "The Industrial Revolution and the Industrious Revolution". *Journal of Economic History*, vol. 55, Issue 2, June 1994:249-270.
- & WOUDE, Ad van der, *The First Modern Economy: success, failure, and perseverance of the Dutch economy, 1500-1815*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- ELTIS, David & ENGERMAN, Stanley, "The Importance of Slavery and the Slave Trade to Industrializing Britain". *Journal of Economic History*, vol. 60, n. 1, March 2000:123-144.
- ENGERMAN, Stanley, "Mercantilism and World Trade, 1700-1800", in R. Floud D. McCloskey (eds.), *The Economic History of Britain since 1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2^a ed., 1994.
- EPSTEIN, Stephan R., *Freedom and Growth: the rise of markets in Europe, 1300-1750*. Londres e Nova York: Routledge, 2000.
- FINDLAY, Ronald & O'ROURKE, Kevin H., *Power and Plenty: trade, war, and the world economy in the second millennium*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2007.
- FLYNN, Dennis O. & GIRÁLDEZ, Arturo, "Path Dependence, Time Lags and the Birth of Globalization: a critique of O'Rourke and Williamson". *European Review of Economic History*, vol. 8, Issue 1, April 2004:81-108.
- GOLDSTONE, Jack, "Efflorescences and Economic Growth in World History: rethinking the 'Rise of the West' and the Industrial Revolution". *Journal of World History*, vol. 13, Issue 2, Fall 2002:323-389.
- , "Capitalist Origins, the Advent of Modernity, and Coherent Explanation: a Response to Joseph M. Bryant". *Canadian Journal of Sociology*, vol. 33, n. 1, Winter 2008:119-133.
- , *Why Europe? The Rise of the West in World History, 1500-1800*. Nova York: McGraw Hill, 2009.
- HAJNL, John, "European Marriage Patterns in Perspective", in Glass, D.C. e EVERSLEY, D.E.C. (eds.) *Population in History*. Chicago: Aldine, 1965.
- HARLEY, Knick, "British Industrialization Before 1841: Evidence of Slower Growth before the Industrial Revolution". *Journal of Economic History*, vol. 48, n. 2, June 1982:267-289.
- HOBBSAWM, Eric J., "The General Crisis of the European Economy in the Seventeenth Century". *Past and Present*. 1954:33-53 (vol. 5), 1954:44-65 (vol. 6).
- HOBSON, John M., *The Eastern Origins of Western Civilization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- HUANG, Philip C., "Development or Involution in Eighteenth-Century Britain and China? A Review of Kenneth Pomperanz's 'The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy'". *Journal of Asian Studies*, vol. 61, n. 2, May 2002:501-538.
- INIKORI, Joseph E., *Africans and the Industrial Revolution in England: a study in international trade and economic development*. Cambridge: Cambridge Economic Press, 2002.
- JONES, Eric L., *The European Miracle: environments, economies and geopolitics in the history of Europe and Asia*. Cambridge, Cambridge University Press, 2^a ed., 1987.
- , *Growth Recurring: economic change in world history*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2^a ed., 2000.
- LANDES, David, *The Wealth and Poverty of Nations: why some are so rich and some so poor*. Nova York: W.W. Norton, 1998.
- , "The Fable of the Dead Horse; or the Industrial Revolution revisited", in MOKYR, Joel (ed.), *The British Industrial Revolution: an economic perspective*. Boulder, Co: Westview Press, 2^a ed., 1999.
- MCNEILL, William H., *The Rise of the West: a history of the human community*. Chicago: University of Chicago Press, 1963.
- MCNEILL, John R. & McNEILL, William H., *The Human Web: a bird's-eye view of human history*. Nova York e Londres: W.W. Norton, 2003.
- MADDISON, Angus, *The World Economy: a millennial perspective*. Paris: OECD, 2001.
- MANNING, Patrick, "Asia and Europe in the World Economy: Introduction". *American Historical Review*, vol. 107, n. 2, April 2002:419-424.
- , *Navigating World History: historians create a global past*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2003.
- MIELANTS, Eric H., *The Origins of Capitalism and the 'Rise of the West'*. Philadelphia, PA: Temple University Press, 2007.
- MOKYR, Joel, *The Lever of Riches: technological creativity and economic progress*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- , "Editor's Introduction", in *The British Industrial Revolution: an economic perspective*. Boulder, Co: Westview Press, 2^a ed., 1999 (1999a).
- , "Eurocentricity Triumphant". *The American Historical Review*, vol. 104, n. 4, October 1999:1241-1246 (1999b).
- , "Why Was the Industrial Revolution a European Phenomenon?". Trabalho apresentado na conferência "The Rule of Law, Freedom and Prosperity", George Mason University, novembro de 2001. Disponível em <http://faculty.wcas.northwestern.edu/~jmokyr/Zywicki.PDF>. Acesso em 01/08/09.
- MOKYR, Joel, *The Gifts of Athena: historical origins of the knowledge economy*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2002 (2002a).
- , "The Enduring Riddle of the European Miracle: the Enlightenment and the Industrial Revolution". *Mimeo*, Department of Economics and History, Northwestern University, 2002 (2002b).
- , "Industrial Revolution", in MOKYR, Joel, Mokyr (ed.), *The Oxford Encyclopedia of Economic History*. Oxford: Oxford University Press, vol. 3, 2003.

- NORTH, Douglass & THOMAS, Robert P., *The Rise of the West: a new economic history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- & WEINGAST, Barry R., "Constitutions and Commitment: the evolution of institutions governing public choice in seventeenth-century England". *Journal of Economic History*, vol. XLIX, n. 4, December 1989:803-32.
- O'BRIEN, Patrick & LA ESCOSURA, Leandro Prados de, "The Costs and Benefits for Europeans from their Empires Overseas". *Revista de Historia Económica – Journal of Iberian and Latin American Economic History*, Año 16, n. 1, 1998:29-89.
- PARKER, Geoffrey, *The Military Revolution: military innovation and the rise of the West, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2ª ed., 12ª reimp., 2008.
- PARKER, William N., *Europe, America, and the Wider World: essays on the economic history of Western capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, vol. 1, 1984.
- POMERANZ, Kenneth, *The Great Divergence: China, Europe, and the making of the modern world economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.
- , "Beyond the East-West Binary: resituating development paths in the eighteenth-century world". *The Journal of Asian Studies*, vol. 61, n. 2, May 2002:539-590.
- RAPP, Richard, "The Unmaking of the Mediterranean Trade Hegemony: International Trade Rivalry and the Commercial Revolution". *Journal of Economic History*, vol. 35, n. 3, September 1975:499-525.
- STOKES, Gale, "The Fates of Human Societies: a review of recent macrohistories". *The American Historical Review*, vol. 106, n. 2, April 2001:508-525.
- THOMAS, Brinley, "Escaping from Constraints: the Industrial Revolution in a Malthusian context". *Journal of Interdisciplinary History*, vol. XV, n. 4, Spring 1985:729-753.
- VRIES, Peer, "Are Coal and Colonies Really Crucial? Kenneth Pomeranz and the Great Divergence". *Journal of World History*, vol. 12, Issue 2, Fall 2001:407-446 (2001a).
- , "The Role of Culture and Institutions in Economic History: can economics be of any help?" *NEHA Jaarboek*, n. 64, 2001:28-60 (2001b).
- , "Governing Growth: a comparative analysis of the role of the state in the rise of the West". *Journal of World History*, vol. 13, Issue 1, Spring 2002.
- , *Via Peking Back to Manchester*. Leiden: CNWS Publications, 2003.
- WILLIAMS, Eric, *Capitalism and Slavery*. Londres: Andrew Deutsch, 1964.
- WONG, Roy Bin, *China Transformed: historical change and the limits of European experience*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1997.
- WRIGLEY, Edward A., *Continuity, Chance and Change: the character of the Industrial Revolution in England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- , *Poverty, Progress and Population*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

- WRIGLEY, Edward A., "The Transition to an Advanced Organic Economy: half a millennium of English agriculture". *Economic History Review*, vol. LIX, n. 3, August 2006:435-480.
- VAN ZANDEN, Jan Luiten, "The Road to the Industrial Revolution: hypotheses and conjectures about the medieval origins of the 'European Miracle'". *Journal of Global History*, vol. 3, n. 3, November 2008:337-359.